



Exploração da Amazônia pode ser feita sem a violação de sua ecologia

Amazônia conhecida — 4 (final)

Ocupação continua desordenada

ALBERTO TAMER
Enviado especial

MANAUS — A ocupação da Amazônia na fase atual se processa de forma desordenada, aleatória e intermitente, seguindo a rota das estradas pioneiras, como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Porto Velho e mais recentemente a Transamazônica, o leito dos rios cujalosos ou o impulso das fontes de expansão, onde ogado rompe fronteiras jogado a selva para mais distante.

No primeiro caso, na esteira empoeirada dos tratores surgiu um punhado de gente ávida de terra e cheia de esperança. Possesiros, simples invasores e grileiros correram de todos os cantos, principalmente do Brasil Central e do Sul, postando-se à beira da estrada para iniciar uma penetração tímida mas predatória, onde os desmatamentos sucessivos projetaram no horizonte a triste imagem dos troncos calcinados, espetados na terra morta. Aqui, a ocupação foi totalmente desordenada, sem qualquer orientação ou controle do governo, gerando ao lado de graves problemas fundiários, a destruição do solo pobre. São problemas que ainda aí estão, agravados pelo crescente afluxo humano, verdadeiros retirantes das cidades saturadas ou dos campos sem terra para gente sem posse. Mesclado a eles, os aventureiros e marginais, gente rude e sem passado, pontilhando as frentes pioneiras de desmatamento. Atraídos primeiro pelo emprego provisório do corte da mata, permaneceram perambulando por ali, de vila em vila, fazendo de tudo e tudo fazendo.

Essa penetração desordenada se deu principalmente na Belém-Brasília, povoada de pequenos retirantes do passado, e da Porto Velho-Cuiabá. Nesta, houve uma característica principal: a ocupação foi feita em grande parte por famílias inteiras que vieram do Norte do Mato Grosso ou do Brasil Central, do Sul e de Minas, que ainda hoje perambulam por lá em busca de terra. É uma verdadeira procissão de caminhões e ônibus, de gente indo e vindo, num volume estimado em torno de 20 mil famílias, que angustia o INCRA, absolutamente incapaz de fazer frente à pressão emigradora que o governo, incrivelmente, ainda não estancou. Os problemas fundiários são menores aqui do que na Belém-Brasília. Aberta ao tráfego mais tarde e com acesso mais difícil ao resto do Brasil, tendo de passar por Cuiabá, a estrada não sofre a avalanche invasora da Belém-Brasília, escancarada de ponta a ponta desde o planalto dominado pela Nova Capital até a amplidão das selvas que somente surgem lá em cima, na fronteira do Piauí, nas terras pobres da Bragançânia que seriam devastadas pelo fogo das queimadas, predatórias porque sucessivas. Foi um fluxo natural e desordenado de povoações inteiras dos cerrados pobres do Norte de Goiás e das áreas vizinhas, ocupando primeiro a margem da rodovia para tentar, depois, pequenos bandeirantes de beira de estrada, a penetração para o interior da mata cruzando as águas do Araguaia e do Tocantins. Os problemas sociais e fundiários aqui são terríveis, tinham de ser — quase insólitos, onde o confronto jurídico foi desde há muito substituído pelo choque das armas em contendas que frequentemente saltam para as colunas dos jornais. A situação é de tal ordem que

no seminário realizado em Manaus, no qual se estudou o desenvolvimento integrado da Amazônia, chegou a ser aprovada proposta de que o governo desapropriasse essas áreas para nelas fixar o homem que delas se apossou, desafiando os donos das terras (quantos são donos da mesma terra ninguém sabe), e a autoridade da lei. Todavia, não cremos que seja também esta a solução, pois se representaria legalizar uma situação de fato, estimularia consideravelmente novas invasões de novos imigrantes, a agressão de mais aventureiros, ampliando e interiorizando a área de conflito, com o natural afastamento daqueles que desejam realmente cultivar a terra já ocupada. Neste sentido, a Belém-Brasília pouco representou na ocupação racional da Amazônia brasileira. Ela jogou lá dentro gente desparada e sem recursos, em frentes pioneiras predatórias. E o povoamento que tanto encanta os leigos que trafegam pelo leito cimentado, pouco, muito pouco significa de real desenvolvimento econômico e de progresso para uma região que ainda aí está à espera de uma política ocupacional. O governo poderia — e deveria — ainda agora promover uma fiscalização intensiva dessa estrada, evitando a intensificação dos fluxos migratórios, que hoje penetram pelas primitivas estradas vicinais e vão plantar mais lá dentro da selva as mesmas raízes de inquietação e discórdia. Poderia e deveria. Mas não faz. Certamente ficará mudo diante do apelo formulado pelos participantes do seminário no sentido de que as estradas que penetram na Amazônia sejam policiadas em pontos-chaves, para evitar que se agrave o tumulto fundiário.

É, neste sentido, integralmente válida a advertência do presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, João Carlos de Souza Meirelles: a condição preliminar da ocupação racional das terras, que deve anteceder à posse física, para que seu ocupante, pequeno, médio ou grande, possa ter a tranquilidade de que sua área está legalmente definida, e que os problemas a enfrentar decorrerão apenas do exercício natural de seu trabalho e de sua atividade econômica. É verdade que se trata de uma postura ideal, nem sempre fácil nas áreas pioneiras. Mas não impossível, viável se realmente o governo estivesse decidido a orientar a ocupação da área. Talvez até mesmo esteja faltando-lhe, porém, órgãos capazes, estrutura administrativa, elemento humano, unidade de comando — tudo enfim, sem o que continuará a invasão desordenada e predatória, e a posse pela força da presença física de gente frágil e pobre que não explorará a selva. Transformar-se-ão, a exemplo dos velhos seringueiros, em mais um elemento da mata.

AINDA É TEMPO

Todavia, em determinadas áreas ainda é tempo de agir. Na Cuiabá-Santarém, por exemplo há pouco concluída, a terra virgem aguarda em grande parte pelo seu colonizador. O governo, pela primeira vez, parece decidido a impedir as grandes invasões, desejoso de promover, ali uma ocupação racional. Isso poderá ser feito — e, de uma certa forma está sendo feito — por meio de algumas empresas privadas de colonização, que já iniciaram projetos comerciais para fixa-

ção do homem na terra, como é o caso da Sinop e da Indeco. Há, também, estudo apresentado pela Associação dos Empresários da Amazônia para colonização de ampla área da Cuiabá-Santarém, desenvolvendo não apenas pecuária, mas também lavouras que já provaram sua viabilidade nas terras da Amazônia. Tudo isso, porém, somente será possível se houver uma ação energética e decidida, coordenada por um único organismo, para evitar a contradição de ordens que colidem, emanadas de entidades governamentais que operam na Amazônia, como o INCRA, o IBDF e a SUDAM, o BASA, a FUNAI e o IPEAM, sem contar a Superintendência da Borracha e um número infindo de siglas complicadas crescendo como capim e gerando a balbúrdia fundiária, o caos social e a penetração irracional que leva a uma atividade econômica e ecológica predatória.

A SEGUNDA ETAPA

Após as primeiras estradas construídas no ardor do entusiasmo, após a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho, que deixaram atrás de si esta confusa herança, surgiu a segunda etapa da conquista: a Transamazônica. Sob o pretexto de transferência para a área de milhares de famílias nordestinas assoladas pela seca, iniciou-se a grande estrada de 5.500 quilômetros, mais de 3 mil dos quais em plena selva. Agora, já se fala em colonização. Pela primeira vez, propunha-se ao governo a realizar na beira da estrada grandes projetos que abrigariam milhares de gente sem terra, principalmente do Nordeste.

Falava-se em 10, 20, em até 30 mil famílias. Após um planejamento elementar, em aviões e barcos, para lá foram elas transferidas. Era, enfim, afirmavam os técnicos governamentais, a verdadeira ocupação orientada, séria, econômica, racional da Amazônia deserta, visando à solução do grande problema social dos homens sem terra. Infelizmente, a ocupação pode ter sido orientada, mas não foi nem econômica, nem racional e também não se resolveu problema social algum. Hoje existem ao correr da Transamazônica pouco mais de 7 mil famílias, algumas cultivando com êxito, a maioria sufocada pelo peso da selva, das chuvas e das enchentes que lavam o solo, economicamente falidas. É gente despreparada posta em terra imprópria. Os que conseguiram situar-se nas proximidades das manchas roxas de Altamira e na beira da estrada, sobreviveram. Os que se localizam nos lotes mais profundos, sem estradas vicinais transitáveis na época da colheita, tudo perderam. A cana plantada ficou no pé e o arroz viçoso morreu de esperar o corte. Mas por que? Estaria errada a idéia de ocupar a Amazônia por meio da colonização orientada? Será ela apenas a terra do grande proprietário?

Absolutamente não. A colonização é válida, viável, perfeita. O erro básico do governo, ao tentar instalar famílias de colonos nas terras de floresta foi o irresponsável acodamento que levou a nada. Adotando um ritmo de urgência urgentíssima transferiu para a região milhares de pessoas que mais pareciam representar, pela pressa e pela urgência, tropas de frente enviadas para ocupar fronteiras invadidas por exércitos inimigos. Por que tanta

urgência? Ninguém responde. O governo adotara a política acertada mas deixou vencer-se pela tentação da manchete, pelo gosto da notícia, pelo prazer dos grandes gestos. Gaúchos — que não eram lavradores experientados em sua maioria, nordestinos brotando de uma seca atroz, gente simples que apenas confiava — e nada mais.

Já no fim do governo anterior, era visível o erro. Reduziu-se o ritmo. Começou-se a repensar tudo. E se repensa até agora em muitas cabeças com pensares discordantes.

A OCUPAÇÃO VERDADEIRA

Todos esses erros geraram descrenças e confusão. É exatamente importante que o governo federal reexamine sua política de ocupação da Amazônia, partindo das experiências malogradas e dos sucessos conhecidos. As tentativas de colonização são válidas e devem continuar, seguindo não uma orientação paternalista, mas baseada num apoio integral efetivo. Para tanto, primeiro é preciso escolher a terra, que já é possível conhecer à distância. Depois, selecionar os homens. Os pioneiros são como os heróis: têm algo que não se cria. E preciso encontrá-los. Em seguida, prepará-los para a grande aventura e, por fim, proporcionar condições para que possam produzir, orientando-os no tipo de atividade agrícola a implantar, na forma de cultivar, de cuidar a terra, enfim, numa prática totalmente nova, inovadora, pois tudo ali é novo também. Não se pode, como fez o INCRA com os colonos fracassados, transferir apenas métodos e sistemas das terras férteis das zonas temperadas para o latossolo da Amazônia tropical. "Sempre que transferirmos a técnica do Sul para aqui, fracassamos. Aprendemos assim", afirmou durante o seminário José Carlos Gonçalves, agrônomo que orienta um bem sucedido projeto particular de colonização a 500 quilômetros de Cuiabá, na estrada que vai a Santarém. "Não temos pressa. Queremos tudo com cuidado e direito", declarou Edgar Irio Simm, coordenador de um magnífico projeto de colonização da Cotrijuí, Cooperativa Triticola Serrana, de Ijuí, que colocará na Transamazônica famílias de lavradores gaúchos. Iniciados os estudos há dois anos, somente agora se iniciam os primeiros movimentos físicos, para as primeiras transferências. São afirmações que devem servir de meditação para aqueles que pensaram ser tão fácil colocar famílias inteiras colonizando a selva quanto rasgar a mata espessa com a fúria dos tratores.

A colonização é possível, viável, embora difícil. E por isso mesmo, exige extremo cuidado — que faltou até agora.

NÃO É TUDO

Entretanto, iludem-se os

que, visando apenas a meta social de dar terra ao homem sem terra, acreditam que o destino da Amazônia é servir de berço para os colonizadores do Sul. A colonização, ao contrário do que pretendeu o governo, não pode e não deve ser a meta final. Ela é insuficiente para a ocupação econômica da Amazônia, que exige grandes investimentos e implica grandes riscos, que ultrapassam a capacidade técnica e financeira dos mais protegidos colonos. Há que pensar num sistema misto de ocupação da terra, na associação de grandes empreendimentos empresariais e projetos de colonização, que poderão ser feitos pelo governo, por companhias particulares de colonização ou cooperativas. Isso é viável também. O governo tem em mãos estudos e propostas excelentes. Os gaúchos de Ijuí aí estão mobilizados, para vender suas terras e mudar para a Amazônia. Evidentemente, será preciso intensa fiscalização do governo, pois na busca única do lucro legítimo, nem sempre atenderá ele para os aspectos sociais, ecológicos e para a situação do colono mais próximo. Mas, se o governo não tiver condições sequer de proceder a esta fiscalização, triste é o futuro da Amazônia. Será a terra do mais forte. O Incra hoje não está preparado para esse trabalho. Nem a Sudam. Nem ninguém mais. Esta a razão pela qual estamos convencidos de que algo de extremamente urgente precisa ser feito no sentido de, insistimos, criar-se um organismo único, planejador e executor da política nacional de ocupação da Amazônia.

Atualmente, tudo está indefinido, não por má fé ou desleixo, mas por incompetência e despreparo. As reservas ecológicas não estão ainda definidas. Nem as reservas indígenas. Nem a política emigratória. E muito menos de colonização. Não há diálogo entre os órgãos federais que operam na área. Incra e Sudam não se entendem, assim como discorda o IBDF de tudo o que vem sendo feito na Amazônia. Seu presidente afirmou em Manaus que é prematuro pensar-se na exploração imediata da floresta amazônica ou na ocupação agropecuária das áreas florestais do País, pois faltam conhecimentos sobre o manejo técnico. Enquanto isso, proliferam as serrarias, progredem os projetos, (respeitando, é verdade, o coração da hileia) seguem a invasão e os desmatamentos. Essa indefinição, essa indecisão, essa falta de unidade de comando são, verdadeiramente, os grandes problemas da Amazônia brasileira.

Não é nem a terra, nem o clima, nem a selva, nem o sol.

A Amazônia brasileira, sem deserto verde, nem céu lúmen, nem paraíso, aí está, inteira e conhecida. Falta explorá-la sem violar a sua ecologia. Sabemos já como fazê-lo. E só não o faremos se persistir esta indecisão, que não mais se justifica, diante do que conhecemos.